

[159]

EPISTEMOLOGIAS DA EDUCAÇÃO DOS JOVENS INVESTIGADORES EM EDUCAÇÃO: O CASO DO “ENJIE”

Pedro Rocha,¹ Ricardo Monginho,² Manuela Ferreira¹ e Cristina Rocha¹

¹ Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto

² Instituto da Educação da Universidade do Minho

[Resumo] Nesta comunicação apresenta-se uma revisão analítica dos 79 resumos de comunicação apresentados pelas/os jovens investigadoras/es em educação no I Encontro Nacional de Jovens Investigadores em Educação (ENJIE), realizado em 2010 na Universidade de Aveiro. Tomando como referenciais analíticos, por um lado, os dados de enquadramento das comunicações – autores, filiação institucional, localização geográfica e parcerias –, e por outro, os seus dados de conteúdo – motivações, temáticas, contextos, participantes, objectivos da pesquisa, orientação e opções metodológicas – procura-se debater as epistemologias da educação, i.e. a(s) natureza(s) da Educação enquanto objecto de estudo e intervenção, e os modos disponíveis e usados pelas/os jovens investigadoras/es na produção de conhecimentos e práticas educativas.

1. Ciência, política e educação: premissas para compreender a construção social da cientificidade em educação

No quadro da complexidade inerente ao campo da Educação, seja como objecto de investigação e/ou de intervenção, seja pela sua «mestiçagem epistemológica» (Correia, 2010: 29), seja ainda pela sua natureza pública², a investigação educacional tende a tornar-se um campo de controvérsias entre múltiplas fontes de identidade que (in)formam o conhecimento sobre os diferentes fenómenos educativos, nela se incluindo também as controvérsias que se geram e emergem no seu próprio seio.

A compreensão de como estas controvérsias afectam a Educação e/ou são por ela afectadas, implica um deslocamento da visão dicotomizada e/ou da lógica de causalidade linear que impendem sobre o seu estatuto político (para que serve a Educação e a investigação em educação; qual o estatuto político dos tempos, espaços e sujeitos da Educação) e o seu estatuto epistemológico-metodológico (como é definida a agenda da investigação no campo da Educação; qual a sua relação com os interesses das agências de investigação e dos investigadores; o quê e como se investiga e quais os tempos, espaços e sujeitos sociais) para outras

em que o que está em causa é apreender as relações de interdependência e autonomia relativa que se jogam entre produção científica em educação e política de educação. Por conseguinte, na necessária desconstrução dos «sensos comuns construídos» (Bourdieu, 2011:32) acerca do duplo estatuto da Educação, tão importante como apreender até que ponto a ciência é instrumentalizada pela política e/ou até que ponto a política se fundamenta e é informada pela ciência, é captar os nexos de sentidos, mas também as tensões e as transgressões que por ali transitam, se transaccionam ou omitem na definição das respectivas agendas do que conta ou não como questão educativa relevante e quem beneficia com ela.

Os processos de selectividade social que operam face à diversidade possível das temáticas e objectos de estudo, dos contextos espacio-temporais e dos actores a investigar em educação, bem como as opções metodológicas para captar os seus discursos e práticas, e os modos como são representados/as, colocam questões conceptuais e epistemológicas de fundo, requerendo um debate sobre as políticas de selecção e representação que entram em jogo e se jogam no cerne das pesquisas. Estas questões não sendo enfrentadas e objecto de reflexividade metodológica, correm o risco de tornar a pesquisa educacional

1- i) doutorando da FPCEUP/FCT rayak84@hotmail.com; ii) mestrando do IE/UM ricardomonginho@gmail.com; iii) professora auxiliar da FPCEUP manuela@fpce.up.pt; iv) professora associada da FPCEUP crocha@fpce.up.pt.

2- A título de exemplo, em Portugal, a problemática do eduques é chave para compreender como, na arena pública dos meios de comunicação social (da televisão à literatura), a educação é objecto de uma “ciência das opiniões” que vão desde a sua caracterização mais epistemológica até às regulamentações políticas, não esquecendo as práticas dos seus actores.

num instrumento de “evidenciação das evidências” que pouco serve à mudança científica, política e social.

Nesta perspectiva, considera-se que o ENJIE, nos seus objectivos (agendas) e principais protagonistas, sobretudo jovens investigadoras/es em educação³, ao representar os novos desafios teóricos, epistemológicos, metodológicos e éticos que a investigação educacional portuguesa contemporânea coloca, e que se lhe colocam, se constitui, simultaneamente, num repto e num objecto empírico significativo para conhecer e debater o que a produção científica realizada e em curso conhece e/ou elege conhecer no campo da educação, i.é: debater as epistemologias da educação.

Assim sendo, e inspirados noutros trabalhos acerca da reflexividade científica no campo educacional recente (Abrantes, 2006; Ferreira e Rocha, 2010; Afonso, 2010), a presente comunicação assenta na análise dos resumos das comunicações orais apresentadas por jovens investigadoras/es no primeiro ENJIE (2010), visando, através da restituição e problematização das temáticas formuladas e respectivas metodologias de pesquisa, perscrutar os processos de construção social e científica do objecto de estudo educação. Em consonância, este texto procede da identificação e análise destes resumos, considerando, num primeiro momento, os seus dados de enquadramento, num segundo momento, os dados que permitem apreender a definição de objectos de estudo e modos de investigação. Por fim, em jeito de síntese, reflecte-se sobre o que são as **epistemologias da educação**, i.é. a(s) natureza(s) da Educação enquanto objecto de estudo e intervenção, e os modos disponíveis e usados pelas/os jovens investigadoras/es na produção de conhecimentos e práticas educativas.

2. O livro de Resumos do ENJIE: fonte, opções metodológicas e limitações

Entendendo que os textos apresentados em eventos científicos são fontes e expressões de um trabalho de síntese e racionalização científica da realidade

social, que produz construções documentais da investigação, é nosso objectivo apreender o estatuto epistemológico das pesquisas apresentadas no ENJIE, conceptualizando a educação como objecto construído científica e socialmente.

Nesta opção metodológica pela pesquisa documental tomou-se como *fonte primária de informação* o Programa e Livro de Resumos do ENJIE (2010) onde estão compilados os 89 resumos aprovados; uma a maioria sob forma de comunicações orais (79) face à forma de posters (10). Ainda que a totalidade destas comunicações não seja representativa, quantitativa e qualitativamente, do universo da investigação educacional em Portugal, o que já constitui uma limitação desta fonte, optou-se ainda por circunscrever o *corpus de análise* apenas aos resumos das comunicações (79), dada a sua disponibilidade, acessibilidade e expressão substantiva de conteúdos. A análise de conteúdo quantitativa, qualitativa e comparativa incide sobre o conteúdo dos resumos, procurando interrogá-los através da restituição das *motivações de partida, temáticas formuladas pela investigação, contextos e actores privilegiados, objectivos, orientações e opções metodológicas*, de modo a inferir as epistemologias da educação nelas contidas.

Além da limitação já referida subsistem outras: i) nem todos os resumos apresentam a investigação integral, ou contêm informações suficientes para identificar de forma clara e exaustiva as categorias referidas, existindo lacunas acerca das suas metodologias; ii) uso de definições generalistas e vagas para descrever e/ou justificar conceptualmente opções epistemológicas e metodológicas; iii) alguns resumos referem-se apenas à descrição inicial do projecto de investigação.

3. O ENJIE como analisador da pesquisa recente em educação

O ENJIE, realizado em 2010 na Universidade de Aveiro, constituiu o primeiro encontro de jovens investigadores em educação, envolvendo 136 participantes. Proposto pelo Secretariado

Permanente de Centros de Investigação em Ciências e Políticas da Educação (SP-CCICPE), pela «necessidade de prolongar outros debates» que se vêm realizando nas ciências e políticas da educação e de se proceder à «análise do que está a ser feito no domínio da investigação em educação», o ENJIE é uma resposta institucional e organizacional i) aos condicionalismos político-institucionais das actuais políticas de investigação e educação, ii) às preocupações pela agência dos jovens investigadores que escolheram a investigação educacional como carreira, e iii) ao debate sobre o papel da investigação na sociedade e necessidade de rejuvenescimento das classes profissionais (cf. Nogueira *et al*, 2010: iii; Nogueira & Oliveira, 2011: 196).

Em causa está a reflexão em torno das agências dos actores da investigação educacional e das suas responsabilidades na definição de prioridades de intervenção político-social e investigativa, na dinamização de iniciativas que fomentem análise crítica e fundamentada dos percursos de formação e investigação, na promoção de projectos e estabelecimento de linhas orientadores e conexões entre múltiplas dimensões do campo da Educação. Em consequência os seus objectivos foram: “potenciar sinergias entre investigadores juniores e investigadores seniores com interesses comuns, assim como entre linhas de actuação das Unidades I&D em Ciências e Políticas da Educação; dar visibilidade a trabalhos de investigação originais que têm vindo a emergir no campo da Educação; discutir sobre a inovação epistemológica e metodológica que se vem produzindo nas Formações Doutorais; criar um espaço de reflexão articulado entre investigadores juniores, e entre estes e investigadores seniores, de forma a potenciar futuras parcerias no que concerne a investigações e iniciativas a serem realizadas” (idem).

3.1. Autores, filiação institucional, localização geográfica e parcerias: dados de enquadramento

Os 79 resumos de comunicação aceites apresentados no ENJIE foram maioritariamente produzidos por autoras (106

3- Entende a comissão organizadora do ENJIE que as/os “jovens investigadoras/es em educação” são as/os actuais doutorandas/os em ciências e políticas da educação

4- Colóquio “Da Investigação à Prática: Interações e Debates”, organizado e realizado em 2008 pelo CIDTFF; Encontros das Unidades de I&D em Ciências e Políticas da Educação para debater a avaliação externa referente a 2003-2006 e divulgada em 2008; 1º Fórum de Investigação em Ciências da Educação, organizado e realizado em 2009 pelo CCICPE.

mulheres e 30 homens), e incluem em muitos casos os/as respectivos/as orientadores/as. No universo das/os jovens investigadoras/es em educação ainda foi possível identificar um conjunto de bolsistas/os de doutoramento ou associadas/os a projectos de investigação (41) e um conjunto de profissionais da educação (docentes) (15), o que significa que parte considerável das pesquisas é/foi financiada por entidades nacionais como a FCT (37), Ministério da Educação (2), Fundação Engenheiro António de Almeida (1), e internacionais como o CNPq (1).

A proveniência institucional destes resumos distribui-se desigualmente por 9 instituições do Ensino Superior portuguesas, maioritariamente públicas (7, apenas 2 privadas, a UCP e UL), sendo que de entre elas se evidenciam, pela representatividade e diversidade das suas unidades orgânicas, a Universidade do Porto (5: FPCE, FEP, ICBAS, FM, FL) e as Universidades Técnica de Lisboa (2: ISEG; FMH) e do Minho (2: IC, ICS). Não obstante, quando se considera a relação entre a quantidade de resumos e as instituições/unidades orgânicas verifica-se que as Universidades de Lisboa e de Aveiro são as mais significativas (25 e 24 resumos, maioritariamente oriundos do IE e do DE, respectivamente), seguidas das Universidades do Porto e do Minho (12 e 5 resumos, maioritariamente da FPCE e do IE, respectivamente).

Do ponto de vista da localização geográfica, reconhece-se, então, um núcleo em Lisboa onde se concentram as U.Lisboa, U.T.Lisboa, U.N.Lisboa U.Aberta, Universidade Lusófona e respectivas unidades orgânicas, sendo o que mais concorre para a investigação e formação de jovens investigadores em educação (31 resumos). Seguem-se núcleos na região centro, que congrega as U.Coimbra e U.Aveiro (25 resumos), na região norte, onde se incluem as U.Porto e U.Minho (21%, 17 resumos), e na região sul, abrangendo as U.Algarve e U.Évora (4%, 3 resumos).

Uma análise mais detalhada das proveniências institucionais dos resumos permitiu ainda apurar 3

conjuntos de instituições que cooperam em redes nacionais e internacionais: i) o Departamento de Educação da U.Aveiro com parcerias alargadas no espaço geo- interinstitucional com o Departamento de Pedagogia e Educação da U.Évora; com o ISEG da U.T.Lisboa e com a FEP (3: 1 resumo cada); a U.Porto com parcerias circunscritas no espaço geo-intrainstitucional entre a FPCE com o ICBAS e com a FLUP (2: 1 resumo cada); iii) o Instituto de Educação da U.Minho com uma parceria internacional com a UFRJ (Brasil).

3.2. Motivações, temáticas, actores e contextos: definindo objectos de estudo

Considerando a panóplia de contextos e práticas no campo educativo, procura-se agora apreender, de entre os inúmeros objectos de estudo possíveis, a quais foram sensíveis os/as jovens investigadores e de que modos procuram defini-los. Estar ciente das motivações pessoais, sociais e científicas que embasam a pesquisa, e ser capaz de identificar uma temática central a perseguir, concebendo-a na sua relação com determinados actores e contextos são aspectos essenciais do processo de aproximação a objectos de estudo que implicam sempre escolhas. Não sendo estas escolhas arbitrarias nem socialmente neutras, quais foram as temáticas, os actores e os contextos privilegiados nas pesquisas?

• Motivações

É a *Identificação de Problemas* (88%) que motiva as pesquisas das/os jovens investigadoras/es em educação, sobretudo aqueles que se relacionam com a *realidade socioeducativa dos actores nas e das instituições* (77), com as *práticas dos profissionais* (29) e com as *políticas educativas* (25). Com menor importância estão motivações relacionadas com o *Aprofundar Conhecimentos* (12%) teóricos, metodológicos e insuficientes estudos (24).

• Temáticas

Na análise de conteúdo dos resumos das comunicações emergem 6 grandes temáticas⁶: i) “*Formação e Profissionalidade*” (32 resumos); ii) “*Políticas e Educação*” (19 resumos); iii) “*Educação, Cidadania e Diversidades*” (14 resumos), iv) “*Curriculo e Desenvolvimento Curricular*” (7 resumos), v) “*Concepções e Práticas dos Alunos*” (5 resumos), vi) “*Outros*” (6 resumos).

A análise da temática *Formação e Profissionalidade* evidencia que, exceptuando um resumo, todos os outros se referem à formação e profissionalidade docente. Em consequência, desdobra-se internamente num conjunto de investigações que incidem sobre: i) a *(re) construção da profissionalidade* (18), estando em causa as novas identidades profissionais, as concepções e práticas docentes, incluindo a reconfiguração e desenvolvimento curricular e as competências profissionais requeridas pela introdução de novos objectivos e dispositivos pedagógicos no contexto de trabalho e nos processos de ensino-aprendizagem como é, sobretudo, o caso das TIC; ii) os *processos de ensino-aprendizagem na formação inicial, em contexto e contínua* (7, 4, 3 resumos respectivamente), em que se salienta uma formação docente orientada para os novos desafios da docência, em que o domínio e exploração das novas potencialidades das TIC no seu uso pedagógico, corre a par da mobilização da aprendizagem por problemas, exercício da argumentação e da discussão. Em qualquer um dos casos parece subsistir uma lógica da exigência vs. necessidade de adequar a profissionalidade e a formação de docentes às transformações políticas que a escola se viu investida nos últimos anos, decorrentes da Reorganização curricular, da Avaliação Institucional e dos Actores e do Estatuto jurídico de classes profissionais (cf. Rodrigues, 2010: xii-xix).

A temática *Políticas e Educação* configura no seu seio i) as *políticas de regulação do ensino superior* (9 resumos); ii) a *regulação das políticas de descentralização* (6 resumos) e

5- Estas informações não constam em 3 resumos de comunicações analisadas.

6- A identificação das temáticas contidas/expressas nos resumos decorreu da construção de categorias emergentes da análise do seu conteúdo e não de categorias definidas à priori com base nas linhas temáticas referenciadas pelo ENJIE ou na organização das sessões de apresentação definidas neste encontro (Nogueira et al, 2010: iv; vii-xix). Tal não obsta a que, num segundo momento, tenhamos mantido designações emergentes e recorrido também a designações já formuladas no âmbito do ENJIE por razões de uniformização da linguagem, evitando assim a multiplicação de designações desnecessárias. Por outro lado, no processo de construção de categorias emergentes não foi observado o critério da mútua exclusividade, pelo que uma mesma unidade de sentido, pode ser incluída em mais de uma categoria. Isso significa que há 4 resumos que são replicados em mais de uma temática.

iii) *concepções e práticas de implementação de políticas educativas* (4 resumos). As *políticas de regulação do ensino superior* são tematizadas em torno da internacionalização das instituições, aí se incluindo as políticas de investigação educacional e os instrumentos de regulação (PISA), do financiamento e governação, nomeadamente, a marketização do ensino e da investigação e a participação de actores da sociedade civil na universidade, e da avaliação e monitorização institucional inerente à implementação da reforma de Bolonha e da qualidade do seu ensino. Por seu turno, a *regulação das políticas de descentralização* incide privilegiadamente na municipalização da educação (cartas educativas e conselhos municipais de educação) e contratos de autonomia das escolas. Já as pesquisas relativas às *concepções e práticas de implementação de políticas educativas* tendem a focalizar-se na análise das acções e relações sociais dos actores aquando da recontextualização das orientações normativas emanadas do Estado, aqui evidenciadas na construção de modos e instrumentos de regulação.

A temática *Educação, Diversidades e Cidadanias* concentra-se na pesquisa dos problemas socioeducativos da sociedade actual que, directa ou indirectamente, afectam o quotidiano da instituição escolar, nomeadamente a heterogeneidade cultural dos actores em presença, dado o alargamento do espectro das minorias étnicas, dos imigrantes e das subculturas bio-geo-sociais (o mundo rural; jovens, idosos, doentes crónicos). A sua formulação assenta em investigações que se constroem em torno de três objectos de estudo: i) *inclusão social e escolar* (6); ii) *expressão de subjectividades juvenis* (4); iii) *Educação para a Cidadania* (4). No primeiro caso, a inclusão social e escolar denota a persistência de problemáticas antigas como o sucesso/insucesso escolar, perspectivado no âmbito das práticas interculturais dos docentes, do absentismo escolar masculino e das trajetórias de sucesso escolar dos ciganos, trazendo como “novidade” os percursos e contextos de educação não-escolar. No segundo caso, a expressão discursiva das subjectividades juvenis torna visíveis as suas concepções e experiências sobre o espaço arquitectónico e ambiental, os rankings, experiências de luto e doença crónica. No terceiro caso, evidencia-se a importância da formação de cidadanias e sua abordagem no contexto da

Educação Sexual, Formação Cívica mas também no “*Uso de Sistemas de Informação Geográfica Participativos como Instrumento de Participação de Crianças e Adolescentes na Construção de Sociedades mais Sustentáveis*” (UM/IE).

A temática *Currículo e Desenvolvimento Curricular* consubstancia-se, por um lado, na abordagem de *novos saberes e competências curriculares*, aí ressaltando as concepções e práticas docentes e discentes sobre a área das Ciências e da Educação Sexual, e por outro, na reconceptualização da *utilização de dispositivos pedagógicos* como as TIC e os portefólios.

A temática *Concepções e Práticas dos Alunos* (5 resumos) apresenta-se como uma novidade na medida em que a opção por interrogar as condições concretas sobre as quais se realiza a escolaridade dos alunos na sua perspectiva como crianças, nomeadamente sobre os conteúdos curriculares (Ciências e Matemática), se traduz no seu reconhecimento como actores sociais competentes e não meros objectos passivos de socialização.

As temáticas incluídas em *Outros* (6 resumos) incluem objectos de estudo inusitados na investigação educacional como é o caso das concepções escolares e educativas veiculadas pelos *media*; a relação escola-família mediada pelas TIC; as explicações como um modo de *shadow education* (Stevenson & Baker, 1992); produção de manuais escolares; modos de escrita em educação e audiologia escolar, denotando assim a sensibilidade de jovens investigadores para fenómenos sociais contemporâneos que ocorrendo fora do espaço escolar, nele interferem.

Em suma, pode dizer-se que as temáticas identificadas corroboram a estreita relação entre motivações que percebem a realidade socioeducativa como escolar, e esta como problemática, e a abundância de objectos de «dentro da escola» (cf. Abrantes, 2006) esboçando uma “vocação” científica da investigação educacional para a educação escolar. Por referência a esta ênfase na educação escolar, a autonomia de algumas temáticas como *Profissionalidade e Formação, Currículo e Desenvolvimento Curricular e Concepções e Práticas dos Alunos* ganha outro relevo quando, nas suas relações de interdependência, se

tornam explícitas preocupações curriculares transversais definidas em torno das áreas de formação das Ciências, Matemática e Educação Sexual e das TIC como “o” dispositivo pedagógico.

Não obstante, nas temáticas *Educação, Diversidades e Cidadanias e Outros*, abordam-se e/ou emergem objectos que, se por um lado sublinham a pregnância que determinadas categorias sociológicas assumem na educação e na educação escolar, por outro fazem transbordar dimensões da educação e da escola para o espaço social. Estas temáticas têm virtude de desafiar visões polarizadas entre educação, sociedade e culturas, pela introdução de objectos cujas identidades híbridas, ambíguas e tensas reclamam abordagens complexas dos fenómenos educativos. Finalmente, regista-se o efeito das políticas de selectividade que impendem sobre o que conta como objecto de estudo relevante, em que persiste a (quase) ausência de pesquisas acerca da educação de infância, da educação de adultos pouco ou nada escolarizados (1 resumo/cada), ou ainda da animação sociocultural e das “novas oportunidades” educativas, sem nenhuma referência no ENJIE.

• Actores e Contextos

O “olhar” das/os jovens investigadoras/es em educação detém-se nos actores mais clássicos da escola, os “professores” e “alunos” dos diferentes ciclos de ensino (74), emergindo no entanto, outra tipologia de actores: “líderes políticos e associativos” (10), “directores e/ou coordenadores” (10), “técnicos profissionais” (auxiliares da acção educativa, técnicos de saúde, enfermeiros, técnicos de educação, técnicos informáticos e investigadores: 8), “encarregados de educação” (8) e empresários (5).

Sublinhamos ainda que, uma análise dos grupos sociais geracionais dá uma prevalência aos “adultos” com mais de 18 anos (55), em detrimento das crianças até aos 10 anos, e jovens até aos 18 anos (24), sendo que de entre estes últimos, se tornam visíveis determinados grupos particulares como “crianças com NEE”, “escuteiras”, “pré-escola”, “jovens institucionalizados” e de “minorias étnicas”. Por conseguinte, os contextos de estudo são, sobretudo, “escolares” e estes são mais significativos do que os

“não-escolares” (respectivamente, 60 e 18 resumos). Os primeiros surgem desdobrados em “ensino secundário” (22), “ensino superior” (17) seguidos dos “3º CEB”, “1º CEB”, “2º CEB” e “Pré-Escolar” (respectivamente, 13, 8, 3, 1), e os segundos em “câmaras municipais” (4), “instituições de acolhimento” (de menores em risco; doentes crónicos), “associações” (minorias étnicas e migrantes), “comunidades online” (blogue, fóruns) (2 resumos/cada), e por fim, “hospitais e centros de saúde” e “inspecção-geral da educação” (1 resumo cada).

3.3. Das motivações às opções metodológicas: a investigação empírica

Na análise da metodologia auto-referenciada nos resumos do *corpus* seleccionado procurou-se apreender o tipo de processos metodológicos privilegiados, considerando as opções relativas à recolha de informações e à análise dessas mesmas informações.

• Objectivos, orientações e opções metodológicas

Na operacionalização metodológica das motivações e temáticas (cf. 3.2.), os/as jovens investigadores/as têm como objectivos de pesquisa: i) *Aprofundar e Compreender para Interpretar e Analisar Criticamente* (37) as concepções e práticas dos actores e instituições, a implementação de dispositivos e políticas e a realidade socioeducativa; ii) *Descrever e Identificar para Analisar e Caracterizar* (36) as concepções e práticas dos actores e instituições, a implementação de dispositivos e políticas e perfis e competências profissionais; iii) *Conhecer e Conceber para Desenvolver e Avaliar* (15) intervenções pedagógicas e a construção de referenciais e modelos para acção dos actores ou instituições.

No “cumprimento” destes objectivos as orientações metodológicas são maioritariamente *Estudos de Caso* (71) que variam entre casos simples e múltiplos (respectivamente, 26 e 9), podendo ser de cariz interpretativo (17), interventivo (14) e etnográfico (5). Alguns destes estudos de caso fazem

anteceder o seu estudo principal de um estudo exploratório (5). Por fim, de forma isolada aparecem orientações metodológicas como a *Investigação-Ação* (4), *Estudos Longitudinais* e *Estudos Biográficos* (1/cada).

Neste contexto, a principal opção metodológica para a recolha de dados foi a *Pesquisa Documental* (76), sobretudo orientada para “documentos produzidos pelos actores”, especificamente, professores e alunos no contexto de sala de aula, e para “produção legislativa” relacionada com a vivência jurídica dos sistemas educativos (respectivamente, 20 e 16). Ainda que pouco significativa, aparecem fontes de informações oriundas dos meios de comunicação social, como os jornais (5). Seguem-se a *Entrevista semi-estruturada* (54) onde se referem preocupações com a criação de ambientes o mais naturais possíveis, os *questionários* (34), a *observação participante* (23) e *não participante* (4), os *focus group discussion* (13) e as *conversas informais* (3), qualquer um deles, ora acompanhados de registo áudio ora de notas de terreno. A novidade foi o recurso a procedimentos metodológicos *on-line* (6).

O tratamento dos dados recolhidos caracteriza-se pelo recurso a procedimentos metodológicos em que se destaca a importância de análises qualitativas, como análise de conteúdo (72) que começam a ser realizadas com ajuda de *software* informático (NVIVO, ATLAS TI e *Annotate Digital Video and Exchange on the Net*), seguidas das análises quantitativas (30), também com apoio informático (UNICET, NETDRAW, SPSS E PAWS STATISTIC). À excepção de 3 casos todas as análises quantitativas se articulam com análises qualitativas, normalmente, justificada em torno da necessidade “triangulação de dados”.

Em suma: as orientações metodológicas mostram que as ciências e políticas da educação mantêm a sua concentração na realização de estudos micro que procuram um conhecimento mais local e profundo sobre (ou com) objectos empíricos e teóricos particulares, a partir das práticas e dos discursos dos actores. Mantêm também métodos e procedimentos de recolha de dados habituais nas Ciências Sociais,

em que a inovação é a recolha de produções gráficas infantis, entendidas como fontes documentais primárias, e a recolha de dados usando dispositivos on-line (blogues, fóruns de discussão). Na análise de dados, enfatiza-se a tendência para a crescente utilização de *softwares* na análise de conteúdo qualitativa. Mantêm-se ainda, a nosso ver, uma tensão latente quando se considera a relação entre pesquisas que têm como objectivos “*Aprofundar e Compreender para Interpretar e Analisar Criticamente*” e o uso significativo de “questionários” em relação à “observação participante”, denotando a reprodução de um «habitus científico» que parece determinar posições epistemológicas marcadas pela distanciação técnica em detrimento da aproximação vigilante e reflexiva.

4. Conclusões: que epistemologias da educação?

Tendo como pano de fundo as finalidades e objectivos do ENJIE (2010), designadamente a ênfase colocada i) nas agências e competências das/os jovens que optam pela investigação em educação como carreira profissional, ii) na definição de prioridades de intervenção política-social e investigativa, e iii) no debate em torno de trabalhos de investigação originais e inovação epistemológica e metodológica, e os resultados da análise que acabámos de efectuar e os objectivos procura-se agora sistematizar um conjunto de considerações finais que procuram, de algum modo, dão conta do que consideramos serem traços das epistemologias em educação.

i) As epistemologias da educação privilegiadas pelos jovens investigadores concentra-se maioritariamente sobre objectos de «dentro da escola», e no âmbito desta, especificamente no espaço/tempo da sala de aula, ora para compreender a formação e a profissionalidade dos docentes, ora as concepções e as práticas dos alunos. A esta opção não estão alheias, por um lado, a regulação política de que são objecto as instituições escolares e as reconfigurações dos actores e instituições, nomeadamente de políticas curriculares, e por outro, o

facto de alguns investigadores ser, simultaneamente, professores, ora no ensino não superior, ora superior⁷.

Isto significa que os objectos privilegiados da educação, no seu duplo estatuto - conhecimento e intervenção – mostram claramente que a relação entre ciência e política da educação não é alheia às motivações que chamam atenção dos jovens investigadores: as transformações políticas, ora emanadas do estado (top-down) ora recontextualizadas na prática da sua implementação configuram uma boa parte dos problemas identificados pelos jovens investigadores, cuja perspectiva também vai variando entre focar a acção dos actores (aceitações, transgressões, subjectividades), ora das instituições (criação de modelos, regulamentos internos, referenciais de acção).

ii) Menos significativa quantitativamente, a relação de interdependência que se estabelece entre os mundos “de dentro” e “de fora” da escola evidencia novidades na construção das epistemologias da educação pelas/os jovens investigadoras/es, na medida em que tomam para objectos de pesquisa em educação problemas e debates socioeducativos contemporâneos gerados no mundo fora da escola mas com efeitos objectivos e subjectivos no mundo escolar, para os compreenderem (representações educativas e escolares veiculadas nos media, produção de manuais escolares, educação para a saúde). Reconceptualizam problemas antigos a partir das transformações socioeducativas recentes (formação de cidadanias, heterogeneidade cultural, in/sucesso escolar, NEE na instituição escolar).

iii) Das epistemologias da educação produzidas pelas/os jovens investigadores sublinham-se, contraditoriamente, ausências e presenças significativas: no primeiro caso, vê-se com algum “espanto” a ausência de objectos que, nos últimos têm tido alguma divulgação pública, e mais ou menos científica e/ou política, como sejam a educação de infância, a educação de adultos pouco ou nada escolarizados (e, nesta, a aposta nas “novas oportunidades), e animação sociocultural (nas suas práticas de ATL, Ludotecas, Centros Dia, etc.); no segundo caso, salienta-se a presença do ensino superior, ora

estudado nas práticas dos seus actores, como a formação inicial de docentes (e a que não é alheia a presença de professores das escolas superiores de educação), ora nos problemas da sua governação e administração (captação de financiamentos, avaliação institucional, marketização), ora ainda nas transformações curriculares emanadas do Processo de Bolonha.

iv) As modalidades de produção das epistemologias da educação, seja do ponto de vista da investigação como da intervenção, e também das opções privilegiadas por actores e instituições (escolares), métodos e procedimentos, ao contrário das representações dos objectivos que propõe o ENJIE, apresentam poucas novidades em relação ao que têm sido controvérsias de fundo vividas pelas ciências e políticas da educação (p.e. ampliação epistemológica do conceito de educação para modalidades não escolares), subsistindo e reproduzindo práticas de investigação individualizadas e com poucos conteúdos passíveis de comparação e de agregação, subsistindo uma fragmentação epistemológica e metodológica que, se para uns se constituem em alvo de desconfiança científica e crítica serrada, para outros se justifica em função da complexidade dos fenómenos educativos. Entre uma posição e outra questiona-se que papel as investigações em rede, e envolvendo parcerias interdisciplinares, poderiam ter para atenuar tais controvérsias.

v) Por fim, muito sinteticamente, sublinhamos que a investigação produzida pelos jovens tem um aspecto de aprendizagem do ofício a que não são alheios um conjunto de reproduções acríticas, ou seja, automatismos típicos dos “aprendizes” que actuam no sentido da acomodação das suas intenções com as do seu grupo (professores e investigadores seniores), em detrimento de uma reflexividade sobre, por um lado, o que é fazer investigação, e por outro, problemas e desafios contemporâneos da sociedade e educação. Também destacamos que, ao contrario dos seus antecessores, muitos destes jovens desenvolvem a sua primeira investigação e concluem a sua primeira TESE num espaço/tempo muito curto (3 anos) e no início da sua carreira de investigadores.

5. Bibliografia

- Abrantes, P. (2006). «Sociologia e Ciências da Educação. A Distância entre Nós». In *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 45 (Maio), pp. s/p.
- Afonso, A.J. (2010). «Caminhos, cumulatividade e ambivalência. Continuando a tecer o campo da sociologia da educação». In Abrantes, P. (org.). *Tendências e Controvérsias em Sociologia da Educação*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Bourdieu, P. (2011). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Edições 70.
- Correia, J.A. & Caramelo, J. (2010). «Autonomias e dependências do campo da investigação educacional em Portugal». In *Sísifo*, nº 12, pp. 27-36.
- Ferreira, Manuela & Rocha, Cristina (2010). «As crianças na escola e a reconstrução do seu ofício como alunos/as – análise da produção académica nacional (1995-2005): campos disciplinares, instituições e temáticas. Comparências, ausências e prelúdios». In *Investigar em Educação, Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação*, nº 6/7, 2007/2008, pp: 15-126
- Lima, Licínio (2010). «Investigação e investigadores em educação – Anotações críticas». In *Sísifo*, nº 12, pp. 63-72.
- Nogueira, F. et al. (2010). «Desafios Teóricos e Metodológicos: I Encontro Nacional de Jovens Investigadores em Educação – Programa e Livro de Resumos». Aveiro: CICTFF da Universidade de Aveiro.
- Nogueira, F. & Oliveira, A. (2011). «Um olhar sobre o I Encontro Nacional de Jovens Investigadores em Educação». In *Indagatio Didáctica*, nº 3(1) Fevereiro, pp. 196-205.
- Rodrigues, M.L. (201p). «Prefácio». In In Abrantes, P. (org.). *Tendências e Controvérsias em Sociologia da Educação*. Lisboa: Mundos Sociais.